

14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 04 DE JULHO DE 2013.

Aos quatro dias do mês de julho de 2013 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início à décima quarta reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência da presidente e representante titular da Sociedade Civil representando as Organizações de Atendimento a Pessoas com Deficiência. Estiveram presentes na reunião **vinte (20) conselheiros sendo: oito (8) do poder público e doze (12) da sociedade civil, sendo os seguintes conselheiros titulares:** Mônica Costa Martins Vaz Ferreira, Dalva Deodato Taveira, Márcia Helena Vieira Pimenta, Cristiane Barcaroli, Márcio Henrique Silva Nalini, Carlos Donizete Moreira Matos, Elisa Francisconi, Raquel Renzo da Silva, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Patrícia Ferreira da Rocha Marchezin, Josiane Aparecida Antunes de Campos, Teresa Cristina Martins Leite Imada; **conselheiros suplentes:** Jane Izabel Miranda Viagioti Lellis, Padre Célio Adriano Cintra, Clóves Plácido Barbosa, José Carlos Gomes, Aparecida das Dores Oliveira Schmidt Capela, Juliana Bertazzi Passone; **conselheiros na titularidade:** Adriana da Silva Bazon Porfírio, Solange Aparecida de Matos Galhardo. **Com a seguinte pauta: Termo de Aceite** - Cofinanciamento Federal para a Realização das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS; **Ofício da Sociedade Espirita Legionárias do Bem-** solicitação de pagamento de aluguel para desenvolvimento do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes; **PPA – Plano Plurianual – 2014/2017; Ofício nº 24/2013 – Casa São Camilo de Lellis; Informes: VIII Conferência Municipal – informes da Comissão Organizadora; Reunião do CMAS com vereadores de Franca–**

27 Câmara Itinerante- dia 16 de Julho às 7h30 no salão da SEDAS. A presidente
28 Tina iniciou a reunião apresentando as justificativas dos conselheiros ausentes:
29 José Fernando, Fernanda, Denizar e Selma. Após, realizou a leitura da pauta
30 que foi aprovada com a inclusão do assunto referente a solicitação de
31 remanejamento de recurso da Entidade Casa São Camilo de Lellis,. Em
32 seguida, a segunda secretaria Elisa realizou a leitura da ata da reunião do dia
33 13 de junho de 2013, sendo a ata aprovada sem alterações. Dando
34 seguimento, foi feita a leitura da ata da reunião do dia 20 de junho de 2013,
35 pela Secretaria Raquel, que também foi aprovada sem alterações. Na
36 sequência Tina apresentou o primeiro assunto da pauta sobre o Termo de
37 Aceite do Cofinanciamento Federal para a Realização das Ações Estratégicas
38 do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema
39 Único da Assistência Social – SUAS. Tina passou a palavra para Diretora de
40 Proteção Social Especial, Ana Paula que iniciou sua apresentação informando
41 que de acordo com os dados do Cadastro Único dos Programas Sociais –
42 CadÚnico, foram constatadas 50 (cinquenta) crianças e adolescentes em
43 situação de trabalho infantil, porém o Órgão Gestor se surpreendeu com o alto
44 número identificado pelo IBGE/2010 que aponta que 2.212 (dois mil duzentos e
45 doze) crianças e adolescentes encontram-se nessa situação no município.
46 Disse que esse índice é considerado alto havendo a necessidade de se adotar
47 estratégias para localização dessa demanda e ações para erradicação do
48 trabalho infantil. Esclareceu que o valor mensal de cofinanciamento federal
49 para a realização dessas ações estratégicas é de R\$ 7.000,00 (sete mil reais)
50 por mês, podendo ser alterado conforme a demanda vai sendo identificada e
51 cadastrada no CadÚnico, sendo o valor máximo de cofinanciamento de R\$
52 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais). Em seguida Ana Paula apresentou

53 as responsabilidades do Órgão Gestor na operacionalização das ações
54 estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, de
55 acordo com os Eixos e incidências das principais ocupações com presença de
56 trabalho infantil, propostos pela Resolução CNAS nº 08 de 18 de abril de 2013
57 e Resolução da CIT nº 5 de 12 de abril de 2013. Apresentou ainda as ações
58 desenvolvidas no primeiro semestre de 2013 bem como as propostas de ações
59 estratégicas para sensibilização, mobilização e divulgação para o segundo
60 semestre. Ana Paula esclareceu que o trabalho infantil é proibido, sendo
61 permitido apenas trabalho como aprendiz aos adolescentes de 14 a 16 anos. A
62 conselheira Jane ressaltou a importância das ações de divulgação junto à
63 comunidade para despertar essa discussão no município, uma vez que há um
64 desconhecimento da população referente a esta legislação fazendo com que
65 não ocorram as denúncias. Apontou a necessidade da inclusão desse público
66 no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, além do
67 acompanhamento familiar pelo PAIF e PAEFI. Tina enfatizou sobre a
68 importância do CMDCA também estar envolvido nessas discussões. Ana Paula
69 destacou que o trabalho deve ser em conjunto. Após as considerações dos
70 conselheiros, o Termo de Aceite do PETI foi aprovado por unanimidade pelo
71 colegiado. Em seguida passou-se ao próximo assunto referente o ofício da
72 Sociedade Espírita Legionárias do Bem acerca da solicitação de pagamento de
73 aluguel de imóvel para o desenvolvimento do Serviço de Acolhimento
74 Institucional para Crianças e Adolescentes. A Coordenadora Administrativa da
75 SEDAS, Sra. Dalva, fez alguns esclarecimentos sobre a necessidade de
76 adequações ao imóvel, situação que já havia sido apontada pela instituição que
77 executava esse serviço anteriormente. Disse que o Órgão Gestor havia se
78 comprometido a realizar as reformas para melhoria no espaço físico, tendo

79 destinação de parte do recurso financeiro reprogramado neste ano de 2013,
80 para estas reformas. Explicou que a partir do momento que a Instituição
81 Legionárias do Bem assumiu a gestão desse Serviço de Acolhimento, já
82 apontou a necessidade de transferência do acolhimento institucional para um
83 local com espaço físico adequado e foi em busca desse local que atendesse
84 melhor a dinâmica do trabalho. Assim que a instituição localizou um espaço
85 com essas características solicitou ao Órgão Gestor que assuma o custo de
86 locação desse imóvel que ficará em torno de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais
87 mensais), além das despesas com o IPTU. Dalva disse que concorda que o
88 espaço físico cedido pela prefeitura não é adequado e não atende as
89 orientações técnicas do Serviço de Acolhimento que apontam que a unidade
90 deve ter características residenciais e inseridas na comunidade. Disse que o
91 Ministério Público também já havia pontuado a importância de mudar esse
92 formato adequando-o ao modelo residencial. A proposta do Gestor é de que
93 parte do recurso que seria utilizado para reforma do imóvel da prefeitura, seja
94 utilizado para o pagamento do aluguel e IPTU do imóvel indicado pela
95 Entidade, pelo período de 12 meses. O restante do recurso poderá ser utilizado
96 para pequenos reparos no imóvel da Prefeitura que ficará vago e que
97 posteriormente poderá ser utilizado pela Instituição IJEPAM, que assumiu a
98 gestão do serviço de acolhimento em casas lares. O conselheiro Pe. Célio
99 solicitou a manifestação das duas Entidades Gestoras dos Serviços de
100 Acolhimento, quanto a essas mudanças. Os representantes dessas
101 instituições, Sr. Leonel e Sr. Cloves apontaram que essas alterações serão
102 muito positivas e necessárias. Foram feitas algumas considerações sobre o
103 recurso disponibilizado e a solicitação foi colocada em votação, sendo
104 aprovada pelos conselheiros. Em seguida Tina passou ao próximo assunto

105 referente à solicitação da Casa São Camilo de Lellis, de alteração parcial na
106 rubrica orçamentária do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas
107 com Deficiências, Idosas e suas Famílias no Domicílio. A alteração refere-se à
108 aplicação do valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) na modalidade de
109 auxílio, para aquisição de um veículo e de equipamentos, restando o valor de
110 R\$ 365.900,00 (trezentos e sessenta e cinco mil e novecentos reais) que será
111 mantido para utilização na modalidade de subvenção. Tina observou que a
112 solicitação não se refere à alteração no recurso financeiro, mas somente no
113 plano de aplicação do mesmo. Dalva informou que o Órgão Gestor manifestou-
114 se favorável à solicitação, com a ressalva de que para a efetivação dessa
115 alteração no Plano de Aplicação será necessária à observação dos trâmites
116 administrativos junto aos Órgãos responsáveis da Prefeitura, após deliberação
117 do Colegiado. A solicitação da Casa São Camilo, foi aprovada pelo colegiado.
118 Em seguida Dalva passou ao ultimo assunto da pauta, sendo a apresentação
119 do Plano Plurianual- PPA. A mesma esclareceu que a Secretaria de Finanças
120 fez a orientação de que para a elaboração do PPA, o órgão gestor deveria
121 utilizar como base de cálculo o orçamento da SEDAS no exercício de 2013
122 mais 5,37% de aumento nos exercícios de 2014, 2015, 2016 e 2017. Em
123 seguida passou a apresentar os slides com o resumo da proposta para o PPA
124 2014/2017, que ficará anexo a essa ata. Finalizando foram apresentados os
125 informes referentes a VIII Conferência Municipal da Assistência Social, na qual
126 Tina e Maria Amélia reforçaram sobre a importância da participação dos
127 conselheiros e relataram sobre a positiva participação dos usuários nas pré-
128 conferencias. Maria Amélia informou sobre a mudança do local da Conferencia
129 apresentando o endereço do novo local e esclarecendo que os convites serão
130 enviados por email e também entregues na próxima reunião. Após Tina

131 apresentou o convite para a reunião com a Câmara Itinerante de vereadores
132 que será realizada no próximo dia 16 de julho às 7h30 e solicitou a presença de
133 todos os conselheiros. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e
134 ata lavrada pela Secretaria Executiva do CMAS.